



ANDIFES



IDIOMAS
Sem Fronteiras

**O Relatório Mundial de
Humanidades**

**A REDE IDIOMAS
SEM FRONTEIRAS
NO BRASIL**

**Denise Abreu-e-Lima
Waldenor B. Moraes Filho**

Esta versão em português foi produzida pela equipe da Rede Andifes IsF. O original em inglês pode ser encontrado no link:
<https://worldhumanitiesreport.org/region/americas/>

O Relatório Mundial de Humanidades é um projeto do Consórcio de Centros e Institutos de Humanidades (CHCI), em colaboração com o Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH). As opiniões expressas nas contribuições para o Relatório Mundial de Humanidades são de responsabilidade dos autores e não necessariamente dos editores, comitê científico ou equipe do CHCI.

O Relatório Mundial de Humanidades agradece à Andrew W. Mellon Foundation pelo financiamento deste projeto.

© 2022 O Conselho de Regentes do Sistema da Universidade de Wisconsin.

Este trabalho possui uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 3.0. Esta licença permite que você copie, distribua e exiba este trabalho desde que mencione e faça referência ao Relatório Mundial de Humanidades, atribua o trabalho adequadamente (incluindo autor e título) e não adapte o conteúdo nem o utilize comercialmente. Para mais detalhes, visite

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/us/>.

Esta publicação está disponível online em <https://worldhumanitiesreport.org>.

Citação sugerida: Abreu-e-Lima, Denise, e Waldenor B. Moraes Filho. A Rede Idiomas sem Fronteiras no Brasil. Relatório Mundial de Humanidades, CHCI, 2022.

Mais informações sobre os autores podem ser encontradas ao final deste documento.

A Rede Idiomas sem Fronteiras no Brasil

Denise Abreu-e-Lima Universidade Federal de São Carlos

Waldenor B. Moraes Filho Universidade Federal de Uberlândia

As humanidades desempenham um papel fundamental na construção da identidade nacional e na educação dos cidadãos que tecem a sociedade. De acordo com Adriana Toso Kemp, “as humanidades, quando abordadas criticamente, têm o potencial de fornecer os elementos necessários no processo educacional para produzir pensamento crítico e empatia, virtudes indispensáveis para a convivência humana democrática e as condições de possibilidade para a produção de um mundo comum.” Esse conceito de um mundo comum também se estende à ideia de cidadania global, na qual a interação cultural desempenha um papel importante na educação das pessoas em um contexto globalizado e leva à competência intercultural. Tal competência depende de estratégias curriculares e da educação linguística para ajudar as pessoas a se tornarem cientes do que nos conecta globalmente. Um movimento crescente coloca a educação no centro da internacionalização.

No contexto do ensino superior, concordamos com Jane Knight quando ela define o conceito de internacionalização como “o processo intencional de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global ao propósito, funções e resultados da educação pós-secundária, a fim de melhorar a qualidade da educação e da pesquisa para todos os estudantes e funcionários e fazer uma contribuição significativa para a sociedade.” Este processo intencional deve promover o diálogo multicultural e multilíngue e, ao fazê-lo, contribuir para o desenvolvimento de um espírito de tolerância e para a promoção de oportunidades de compreensão mútua. Como resultado dessa interação entre sistemas educacionais, este mundo integrado poderia fomentar a cooperação entre nações e culturas, possibilitando o respeito por diferentes identidades.

Sempre que falamos sobre internacionalização e movimentos educacionais, precisamos nos concentrar nas práticas e conceitos que permitem ligações que unem pessoas e ideias. Um mundo internacionalizado envolve manobras para permitir que línguas e culturas interajam sem necessariamente interferir uma na outra em importância ou valor. Segundo John Hudzik, a internacionalização deve ser vista como um movimento amplo que abrange todos os setores educacionais, no qual todos se comprometem com seus princípios e desenvolvem maneiras de conectar conhecimentos para que se torne verdadeiramente democrático, acessível a diferentes pessoas, culturas e línguas.

Embora a internacionalização do ensino superior tenha se tornado uma prática comum nos últimos vinte e cinco anos, especialmente no Hemisfério Norte e em países europeus com programas como Erasmus Mundus, as universidades no Hemisfério Sul adotaram outras perspectivas sobre a internacionalização devido a seus contextos sociais e históricos. Como resultado, elas têm desenvolvido suas próprias estratégias, seguindo suas próprias políticas e regulamentações nacionais.

Situado no Hemisfério Sul, o Brasil ocupa uma posição estratégica na América Latina e difere do restante do continente devido à sua colonização formal pelos portugueses. O Brasil, como um país continental, possui uma diversidade cultural e histórica muito significativa. Tornou-se independente em 1822 e ainda é um país jovem, lutando para manter uma soberania democrática e ainda se movendo de forma errática entre ideologias de direita e esquerda. Os programas governamentais têm considerável influência sobre o destino de milhares de cidadãos e, por meio do setor educacional, sobre a promoção de ideias. O governo federal tem grande poder sobre a rede de educação nacional, regulamentando todo o sistema e financiando escolas e universidades federais públicas sem mensalidade. O financiamento público impacta a geração de conhecimento e a pesquisa seguindo diretrizes e prioridades governamentais.

Ao longo da história do Brasil, a internacionalização desempenhou um papel importante dentro da comunidade acadêmica, especificamente no desenvolvimento de programas de pós-graduação. A principal agência federal de financiamento, a CAPES, criada em 1971 para regular e apoiar programas de pós-graduação e a formação de docentes, promoveu um forte sistema nacional de pós-graduação, apoiando a pesquisa dos pesquisadores no exterior por meio dos chamados programas de mobilidade em todo o mundo. Embora essa tenha sido uma estratégia sólida desde o início da CAPES, entre 2011 e 2015, um período de grande visibilidade para a internacionalização do ensino superior em um palco global, o Brasil lançou uma de suas iniciativas mais importantes de internacionalização: o programa Ciência Sem Fronteiras. Este programa foi lançado em associação com outra agência federal de fomento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). De acordo com suas diretrizes do programa, o principal objetivo do Ciência Sem Fronteiras foi

O de promover a consolidação e a expansão da ciência, tecnologia e inovação no Brasil por meio da troca internacional e da mobilidade. A estratégia prevista visava aumentar a presença de estudantes, cientistas e pessoal da indústria do Brasil em instituições de excelência internacionais..., (b) incentivar jovens talentos e pesquisadores altamente qualificados do exterior a trabalhar com investigadores locais em projetos conjuntos, contribuindo para a capacitação de recursos humanos e promovendo o retorno de cientistas brasileiros que trabalham no exterior, e (c) induzir a internacionalização de universidades e centros de pesquisa no Brasil, incentivando o estabelecimento de parcerias internacionais e uma

revisão significativa de seus procedimentos internos para viabilizar a interação com parceiros estrangeiros.

Financiando 101.000 estudantes brasileiros principalmente de graduação, o Ciência Sem Fronteiras tornou-se o primeiro programa a ofertar mobilidade em larga escala para a graduação. O governo financiou a internacionalização de tecnologia e inovação em todos os níveis do sistema educacional, tanto em instituições privadas quanto públicas. De acordo com a diretriz governamental, no entanto, o programa focou apenas em profissões vinculadas às áreas de Exatas, Tecnológicas, Medicina, excluindo as humanidades e ciências sociais.

Muitos no Brasil ainda acreditam que inovação e tecnologia estão relacionadas apenas a essas áreas. A exclusão das humanidades do programa Ciência Sem Fronteiras estimulou o debate sobre a quase invisibilidade das humanidades no Brasil, apesar das contribuições que elas fazem para a sociedade. Essa situação muitas vezes leva à falta de investimento em pesquisa nas humanidades, enfraquecendo sua capacidade de desempenhar um papel como agentes fundamentais na produção de conhecimento. As humanidades e as ciências sociais desempenham um papel crucial na inovação e na tecnologia, mas têm sido sistematicamente subfinanciadas devido a percepções equivocadas sobre seu impacto imediato na sociedade. As humanidades e ciências sociais também são necessárias para desenvolver um processo crítico de internacionalização, como pode ser visto no caso do Ciência Sem Fronteiras. O programa pretendia internacionalizar a pesquisa brasileira, mas é impossível abordar a internacionalização sem considerar a língua como base para a comunicação entre as pessoas e o papel central da educação linguística. E, de fato, apesar de as humanidades terem sido deixadas de fora de seu escopo, o Ciência Sem Fronteiras exigiu especialistas em humanidades tanto para que fosse implementado quanto para torná-lo viável. Devido ao baixo nível de proficiência em línguas estrangeiras da comunidade acadêmica, especialmente em inglês, o governo brasileiro teve que desenvolver um programa suplementar de ensino de línguas estrangeiras para preparar a comunidade acadêmica para se candidatar às bolsas do Ciência Sem Fronteiras.

Esse programa ficou conhecido como Idiomas sem Fronteiras (IsF). No restante deste ensaio, discutimos como o Idiomas sem Fronteiras foi organizado e o impacto que teve e continua a ter, apesar do investimento ou apoio insuficientes do governo.

O Contexto Educacional Brasileiro

Para entender como o Idiomas sem Fronteiras foi organizado, é importante começar com uma visão geral do contexto educacional brasileiro. A educação pública no Brasil se estende desde a educação infantil até o mais alto nível universitário (doutorados). Por educação pública, queremos dizer que não há mensalidades em nenhum nível, sendo todas cobertas por impostos pagos pelos cidadãos. A lei brasileira que organiza o

sistema educacional nacional (público) divide-o em três níveis: educação infantil, que é de responsabilidade dos municípios; educação básica (ensino fundamental até a conclusão do que chamamos de ensino médio, abrangendo idades de sete a dezessete anos), que é de responsabilidade dos estados; e educação superior, que é de responsabilidade do governo federal. Na prática, no entanto, os governos municipais, estaduais e federais são capazes de expandir seu papel nesses níveis. O currículo da educação básica, por exemplo, é organizado e proposto pelo governo federal, mas os estados e municípios têm o direito de adaptar as diretrizes nacionais aos seus contextos regionais.

O ensino de línguas no Brasil se concentra principalmente no ensino de português brasileiro e, mais recentemente, na língua de sinais brasileira, LIBRAS. Apesar de várias modificações, a língua portuguesa e a matemática ainda ocupam grande parte do currículo. As línguas estrangeiras têm perdido espaço nas escolas a ponto de a maioria dos alunos ter apenas uma aula de cinquenta minutos por semana, sendo o inglês a língua estrangeira mais ensinada. O espaço limitado para línguas estrangeiras no currículo, a falta de interesse pela profissão docente, baixos salários, turmas grandes e outros fatores resultam em profissionais que estão mal preparados para se comunicar em línguas estrangeiras e que têm pouco conhecimento de outras culturas.

Para se tornar um professor de língua estrangeira credenciado no Brasil, uma pessoa deve ser licenciada como professora após concluir um curso de graduação em línguas e literatura da língua apropriada. As universidades preparam esses professores para trabalhar na educação básica, como descrito acima. À medida que a educação superior se internacionalizava, no entanto, um novo nicho foi criado para os professores de línguas estrangeiras: ajudar membros da comunidade acadêmica, sejam públicos ou privados, com proficiência linguística. Alguns conseguiram aprender línguas estrangeiras em escolas particulares de idiomas, e alguns poucos tiveram a oportunidade de fazer um curso de imersão no país da língua-alvo.

Para milhares de estudantes universitários, o programa Ciência Sem Fronteiras apresentou uma oportunidade tanto para o desenvolvimento profissional quanto para o enriquecimento cultural e linguístico no exterior. Para se qualificar, no entanto, os alunos tinham que incluir em sua candidatura certificados de proficiência em línguas, e muitos não podiam arcar com os custos de um teste certificado. Para abordar esse problema, o governo federal, assistido pelos reitores das universidades federais, lançou o programa Inglês sem Fronteiras em 2012. Criado por um grupo de linguistas aplicados, o novo programa focou em três iniciativas sem custo: (1) cursos on-line auto-instrucionais para toda a comunidade acadêmica; (2) testes de proficiência TOEFL ITP para aqueles que desejavam se candidatar ao Ciência Sem Fronteiras e outros programas de mobilidade acadêmica; e (3) cursos presenciais oferecidos em universidades federais. Em 2014, em resposta a parceiros internacionais e com o apoio

de especialistas de línguas estrangeiras no Brasil, o programa expandiu para cobrir mais seis idiomas além do inglês: alemão, espanhol, francês, italiano, japonês e português para estrangeiros— e foi renomeado para Idiomas sem Fronteiras. As três iniciativas mencionadas acima se aplicaram a todas as sete línguas, sendo algumas subsidiadas por parceiros internacionais.

Embora o Idiomas sem Fronteiras tenha gerido todas as três iniciativas, focou principalmente nos cursos presenciais, porque envolviam uma complexidade de estratégias de formação de professores que eram mais relevantes para o desenvolvimento da internacionalização e das humanidades no Brasil. O grupo de linguistas aplicados tinha em mente um movimento de longo prazo, além das demandas imediatas e prazos do programa Ciência Sem Fronteiras, que pudesse atender às necessidades de aprendizagem de línguas estrangeiras para as gerações futuras, com impactos duradouros na formação de professores e nos currículos. Considerando a aprendizagem de línguas como a base para a internacionalização, os linguistas aplicados viam o Idiomas sem Fronteiras como uma oportunidade de mudar a mentalidade tendenciosa que não reconhece a importância das humanidades no desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

O foco dos programas de graduação em línguas e literatura nas universidades brasileiras é fornecer uma educação crítica sobre metodologias práticas, abordagens e o desenvolvimento de materiais pedagógicos que possam ajudar a preparar crianças e adolescentes para a vida, o mercado de trabalho ou a educação pós-secundária. No entanto, os estudantes de línguas estrangeiras não passam por nenhuma verificação de seu nível de proficiência ao longo de sua formação. Isso se deve tanto à falta de consenso entre especialistas em línguas quanto a várias questões práticas. Embora a formação de profissionais em universidades públicas seja considerada “excelente” pelos padrões de avaliação governamental e pela comunidade acadêmica, não há mecanismo em vigor para garantir a proficiência adequada em línguas estrangeiras nos professores que são formados. Além disso, aqueles com um nível mais alto de proficiência acabam buscando empregos em empresas e escolas particulares com salários mais atraentes. A falta de um requisito de proficiência acaba contribuindo para um ciclo de baixa consideração pela educação em línguas estrangeiras e baixa proficiência linguística entre os graduados.

O Idiomas sem Fronteiras é uma resposta a essa situação. Por meio do trabalho colaborativo e da inteligência coletiva de equipes de especialistas de universidades públicas brasileiras, o Idiomas sem Fronteiras se comprometeu a valorizar os profissionais de línguas e o ensino de línguas. O programa se propôs a melhorar a formação e a proficiência dos estudantes de graduação em línguas e literatura, recrutando-os como professores em formação na internacionalização das instituições de ensino superior público no Brasil. O programa também acabou criando mais oportunidades para profissionais de línguas estrangeiras, que anteriormente não

havia sido posicionados como colaboradores e participantes no processo de internacionalização do ensino superior.

O Programa Idiomas sem Fronteiras

Como mencionado acima, o governo federal brasileiro criou o programa Idiomas sem Fronteiras de acordo com uma proposta apresentada por linguistas aplicados e especialistas em línguas estrangeiras. A proposta incluía três iniciativas principais:

1. Testes de proficiência em línguas estrangeiras gratuitos (TOEFL ITP). O governo federal adquiriu 550.000 testes TOEFL ITP para ajudar os estudantes a ganhar acesso a universidades em países que exigiam proficiência na língua inglesa. Outros testes de línguas estrangeiras foram subsidiados por parceiros internacionais. Esse aumento na disponibilidade de testes de proficiência exigiu centros de aplicação de testes adicionais, uma vez que alguns estados tinham apenas um para toda a sua área. Como universidades públicas existiam em todos os estados, elas se tornaram centros oficiais de aplicação de testes, permitindo que mais estudantes tivessem acesso aos testes de proficiência.
2. A criação de novos centros de línguas específicos para o programa Idiomas sem Fronteiras, que oferecem cursos de línguas gratuitos para toda a comunidade universitária. Os professores nesses centros eram estudantes de graduação em formação que tinham habilidades avançadas em uma das sete línguas estrangeiras. Os professores de inglês recebiam uma bolsa mensal do governo brasileiro que lhes permitia dedicar vinte horas por semana a uma residência docente, que incluía formação e prática pedagógica. Professores de línguas que não fossem inglês eram subsidiados por universidades brasileiras, exceto os professores de japonês, que eram totalmente subsidiados pela Fundação Japão, e alguns professores de italiano, que eram subsidiados pela Embaixada Italiana. Os governos francês e alemão contribuíram com alguns tutores de línguas.
3. Cursos on-line autoinstrucionais com tutoria virtual. Essa modalidade de ensino, via recursos digitais permitiu à comunidade acadêmica um acesso ainda maior ao aprendizado de línguas estrangeiras. Após chamadas abertas para participação, 141 instituições públicas de ensino superior foram credenciadas como parte do programa Idiomas sem Fronteiras. Estavam distribuídas por todo o território nacional e eram de diferentes categorias como instituições públicas: 59 universidades federais, 21 universidades estaduais, 1 universidade municipal, 25 faculdades federais e 35 faculdades estaduais. As instituições escolheram as línguas pelas quais seriam responsáveis em ofertar, como mostrado na tabela 1.

Tabela 1. O número de instituições públicas de ensino superior oferecendo cursos de línguas estrangeiras presenciais anualmente, e o número de vagas no programa Idiomas sem Fronteiras.

Língua	Instituições públicas de ensino superior	Vagas anuais do Idiomas sem Fronteiras
Inglês	141	116,000
Francês	38	4,200
Alemão	15	700
Italiano	16	1,800
Japonês	6	900
Português como língua estrangeira	62	7,000
Espanhol	42	4,600

Fonte: Dados coletados pelo grupo gestor do Idiomas sem Fronteiras.

A Tabela 1 mostra a extensão do investimento na língua inglesa, bem como a expansão das ofertas de português como língua estrangeira. Antes da chamada para credenciamento, apenas dezessete instituições de ensino superior público ofereciam português como língua estrangeira. O governo federal promoveu diretamente o ensino de inglês ao investir em bolsas específicas para professores e coordenadores. Isso resultou em mais cursos de inglês sendo oferecidos nas universidades brasileiras. A expansão do português como língua estrangeira deixou clara a necessidade de ver a internacionalização sob a perspectiva de tanto aqueles que vão para o exterior (mobilidade OUT) quanto aqueles que vêm para o Brasil (mobilidade IN).

A oferta de testes de proficiência gratuitos não apenas ajudou os alunos a participarem de programas de mobilidade, como o Ciência Sem Fronteiras, mas também permitiu o mapeamento diagnóstico dos níveis de proficiência em inglês na comunidade acadêmica. Esse mapeamento foi realizado entre 2013 e 2018. A figura 1 mostra os resultados, usando os descritores de proficiência do Quadro Comum Europeu de Referência (CEFR), com o nível A1 como o mais básico e o C2 como o mais avançado. (Vale dizer que o teste TOEFL ITP não mede os níveis A1 e C2.) Embora envolvesse uma amostra limitada entre os dois milhões de indivíduos que constituem a comunidade de ensino superior público, os resultados do mapeamento mostram que ainda há muito espaço para melhorias na proficiência em língua inglesa no país.

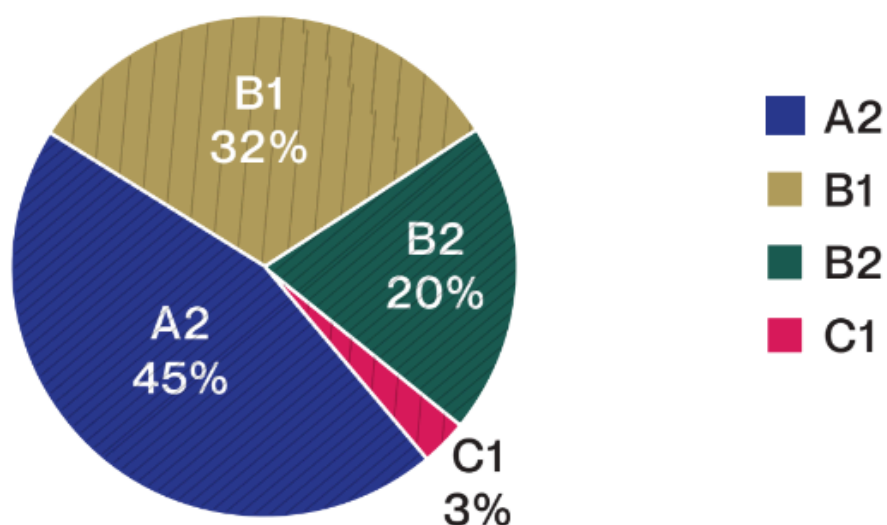


Figura 1. Nível de proficiência em língua inglesa com base em 550.000 testes TOEFL ITP. O nível A2 é o mais básico e o C1 o mais avançado. Dados coletados pelo Núcleo Gestor do Idiomas sem Fronteiras.

Como os níveis A1 e C2 não foram avaliados pelo teste TOEFL ITP, esses dados mostram um número significativo de estudantes (42%) com proficiência básica (A2). (Lembre-se de que o teste não era obrigatório, e somente aqueles que acreditavam ter algum nível de proficiência em inglês se inscreveram para fazê-lo.) Também mostra uma maioria de pessoas (52%) nos níveis intermediários de proficiência (B1 e B2), precisando de incentivo para alcançar o nível avançado C de proficiência. O teste serviu como uma avaliação diagnóstica e ajudou o Ministério da Educação, as agências de fomento e as universidades a traçar mapas institucionais, que então influenciaram o design de políticas de línguas. As pontuações dos testes também poderiam ser usadas como nivelamento dos membros da comunidade acadêmica que quisessem fazer os cursos de inglês oferecidos dentro do programa.

Cursos on-line foram oferecidos especificamente para inglês, francês, alemão e italiano. A empresa americana Cengage foi contratada para desenvolver um curso autoinstrucional em inglês, chamado My English Online (ou MEO). Cerca de cinco milhões de senhas foram disponibilizadas para os cinco níveis de proficiência do curso, para que qualquer membro da comunidade acadêmica pudesse se inscrever e completar os níveis. Para a língua alemã, realizou-se uma parceria com o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) para oferecer 3.843 senhas para acessar seu curso on-line com tutoria virtual. Para a língua italiana, houve uma parceria com a Embaixada da Itália para oferecer 500 senhas de acesso ao curso italiano promovido por um grupo de universidades italianas (Icon). Para o francês, uma parceria com a Embaixada da França e a Aliança Francesa concedeu cerca de 3.000 senhas de acesso para o curso "*Français sans Frontières*".

Gestão do Programa Idiomas sem Fronteiras

Dentro do governo federal, foi necessário criar um grupo de gestão, chamado Núcleo Gestor, para organizar e administrar o programa Idiomas sem Fronteiras em nível nacional. O Núcleo Gestor consistia em nove membros: um presidente nacional, um vice-presidente para línguas e tecnologias, e um vice-presidente para cada uma das sete línguas. Todos os membros do Núcleo Gestor eram linguistas aplicados com formação doutoral e pós-doutoral em sua área de linguagem e professores universitários em universidades públicas. O presidente e o vice-presidente eram especialistas no uso de tecnologias e educação a distância, além de terem experiência em gestão universitária. Os vice-presidentes de línguas organizaram coletivamente as quatro iniciativas descritas acima com especialistas em suas respectivas línguas. Mais de 400 especialistas com formação em ciências humanas participaram das sete equipes de línguas. O Núcleo Gestor organizou as diretrizes do programa, os editais para inscrição para os cursos, reuniões com parceiros internacionais e organizou a oferta de cursos, desde a sua criação até a certificação final. Cada estratégia logística foi elaborada de forma colaborativa, levando em consideração as diferenças regionais e institucionais. O Núcleo Gestor também estava vinculado ao Ministério da Educação na Secretaria de Educação Superior, já que sua presidente foi transferida de atividades em sua instituição de origem para o Ministério da Educação e recebeu uma posição específica para realizar as atividades de gestão do programa. Esta foi a primeira vez na história do Ministério da Educação que especialistas em línguas foram autorizados a gerenciar e ser responsáveis por um programa nacional. Este arranjo foi espelhado pelas instituições, nas quais os linguistas aplicados coordenaram as iniciativas do programa localmente e as articularam nacionalmente através do Núcleo Gestor. Deve-se reconhecer, no entanto, que os especialistas não necessariamente possuem as habilidades administrativas necessárias, e alguns, portanto, tiveram que aprender a como lidar com rotinas diárias de gestão para garantir o fluxo de atividades e atender aos objetivos e prazos definidos em nível nacional.

Com a base estabelecida pelo Núcleo Gestor, o Idiomas sem Fronteiras manteve um diálogo constante e produtivo com especialistas de instituições educacionais credenciadas, agências governamentais e outros parceiros, baseando-se em perspectivas tanto da base para o topo como do topo para a base. Considerando este processo dinâmico, alguns dos objetivos do programa foram previstos desde seu início, enquanto outros surgiram ao longo do caminho, não tendo sido totalmente antecipados no começo. Um desses objetivos importantes, mas tardios, estava relacionado aos professores em formação. Sob a supervisão de linguistas aplicados, que assumiram o papel de coordenadores locais, os professores em formação ministravam cursos para a comunidade acadêmica. Inicialmente, quando o programa foi criado, os documentos não enfatizavam a formação dos próprios professores de

línguas. O principal objetivo, como mencionado acima, era ajudar a comunidade acadêmica a desenvolver proficiência linguística para se inscrever em programas de mobilidade. Ao longo da implementação do Idiomas sem Fronteiras, no entanto, a necessidade de focar na formação de professores não pôde ser ignorada. Tornou-se oficial na terceira versão da portaria federal que instituiu o Idiomas sem Fronteiras, na qual incluía a educação de professores à medida que expandia o escopo de ação do programa.

Localmente, o Idiomas sem Fronteiras foi organizada em centros de línguas específicos, que espelharam a organização de gestão: um coordenador geral que organizou a programação local e era o ponto focal da coordenação institucional e um coordenador para cada língua, que organizava as iniciativas localmente na língua para a qual a instituição havia sido credenciada. A organização geral da gestão é mostrada na figura 2.

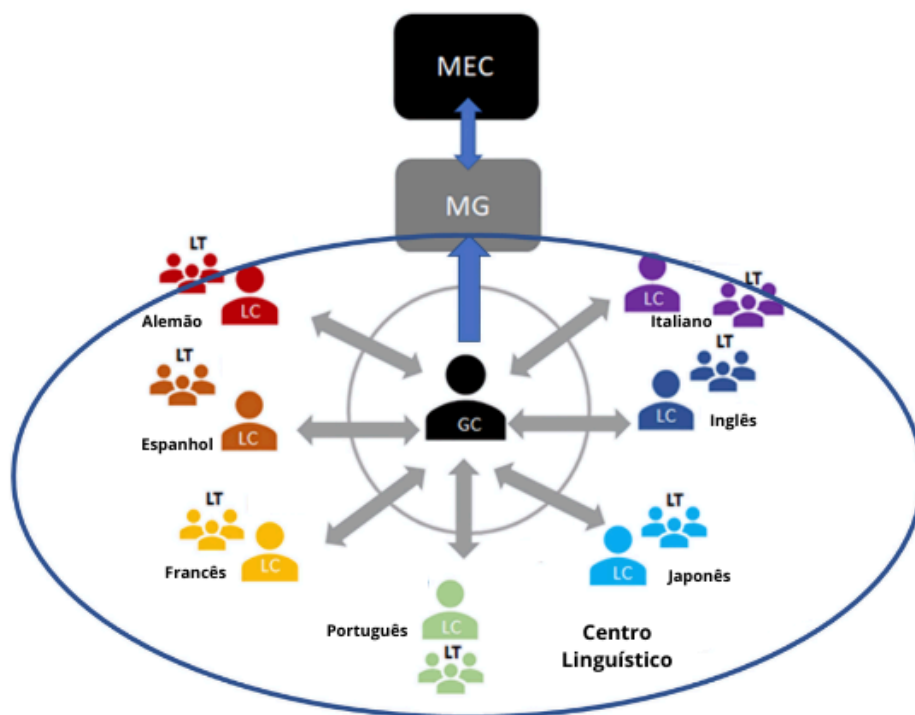


Figura 2. Sistema de gestão do programa Idiomas sem Fronteiras. MEC = Ministério da Educação do Brasil; NG = Núcleo Gestor; GC = coordenador geral; CL = coordenador de línguas; PLF = professor de línguas em formação. Dados coletados pelo Núcleo Gestor do Idiomas sem Fronteiras.

Em nível local, os coordenadores de línguas e o coordenador geral lidaram com questões relacionadas à administração do centro de línguas (chamados NuCLis): as necessidades de infraestrutura, apoio logístico e financeiro, e outras questões locais específicas. Para implementar as diretrizes em seus contextos locais e resolver problemas, os coordenadores locais de línguas mantiveram relacionamentos diretos

com seus pares em outros centros e com o respectivo vice-presidente para aquela língua em nível nacional. Assim, foi criada outra rede de comunicação, permitindo que o vice-presidente trouxesse as necessidades de cada língua ao Núcleo Gestor. Essa dinâmica é mostrada na figura 3.

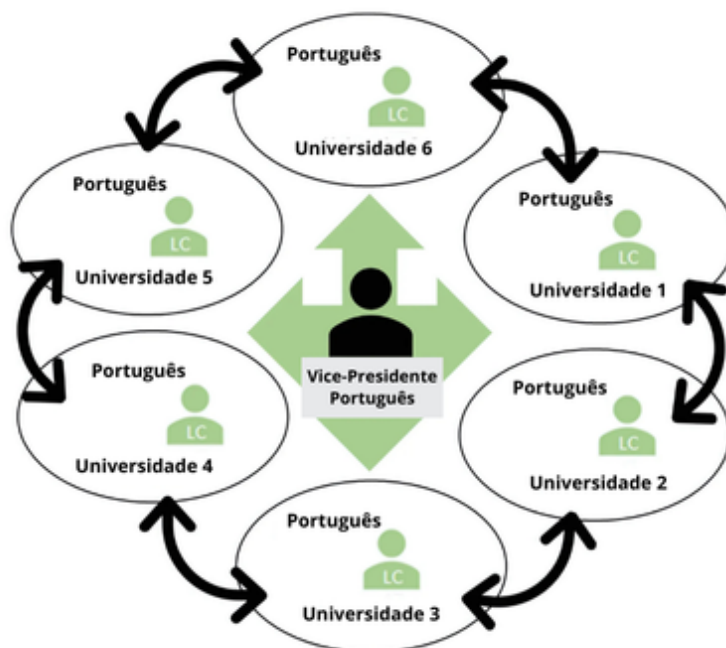


Figura 3. Interação dos coordenadores de línguas com o vice-presidente de uma língua específica. Dados coletados pelo Núcleo Gestor de Idiomas sem Fronteiras.

Embora as figuras 2 e 3 sugiram uma natureza orgânica dessas relações, o diálogo nem sempre foi bem-sucedido. A gestão de pessoal é um processo delicado, e o Idiomas sem Fronteiras reuniu especialistas de diferentes áreas de especialização que, de outra forma, não se conheciam, dificultando a busca por um terreno comum. Outro desafio foi tratar todas as línguas de forma equitativa quando as bolsas governamentais financiavam apenas o ensino de inglês. Esta não foi uma escolha feita pelo Núcleo Gestor, que fez todo o esforço para incluir na mesma verba a distribuição de bolsas para todos os idiomas, de acordo com prioridades e necessidades de implementação. Embora tenhamos tido algum sucesso em demonstrar a necessidade em definir critérios mais específicos para a redistribuição de bolsas dentro do mesmo orçamento, a nova diretriz não foi assinada antes das eleições nacionais de 2018, que levaram a uma mudança de administração e à suspensão do programa Idiomas sem Fronteiras.

Os coordenadores de línguas supervisionaram todos os assuntos relacionados à formação dos professores do programa em suas respectivas universidades, bem como

questões relacionadas à oferta de cursos, produção de materiais e outras questões relacionadas à língua. Os professores do programa eram estudantes de graduação de Cursos de Letras - línguas estrangeiras selecionados por editais. Como parte do procedimento de inscrição, os candidatos eram obrigados a demonstrar um nível de proficiência satisfatório, bem como habilidades de ensino e gestão de alunos. Esses estudantes de graduação, considerados no programa como professores em formação, permaneceram no programa Idiomas sem Fronteiras por até dois anos em um programa de residência docente. A residência consistia em vinte horas por semana divididas nas seguintes atividades:

- Cinco horas de treinamento semanal, organizadas pelo coordenador de línguas, que cobriam questões metodológicas, teóricas e práticas, análise de materiais didáticos e avaliação, entre outros assuntos relacionados à formação de professores. Diferentemente do que é feito em cursos de graduação, o Idiomas sem Fronteiras buscou dar formação especializada em questões relacionadas à internacionalização acadêmica. Os professores estudaram como ofertar cursos baseados em línguas estrangeiras para propósitos acadêmicos e específicos. Todas as atividades pedagógicas envolveram o processo de feedback de colegas, orientadores e alunos sobre as questões vivenciadas em sua prática.
- Doze horas de ensino de cursos de línguas, com três grupos de vinte alunos por quatro horas cada. Os cursos oferecidos foram baseados no conteúdo, nível de dificuldade e proficiência requerida.
- Três horas de tutoria e assistência a alunos e/ou outras atividades administrativas-pedagógicas.

Organizar a formação de professores dessa maneira permitiu que a rede de coordenadores de línguas oferecesse educação linguística a mais de 1.200 professores em formação no Idiomas sem Fronteiras ao longo de seis anos.

Durante a implementação de uma proposta inovadora como Idiomas sem Fronteiras, três valores foram essenciais para alcançar o sucesso a longo prazo: paciência, flexibilidade e perseverança. No Idiomas sem Fronteiras, as necessidades estavam bem claras, já que o programa envolvia muitos líderes, incluindo-se a gestão governamental em diferentes frentes políticas e institucionais, respeitando-se a autonomia das instituições de ensino superior e a possibilidade de muitas dificuldades devido a tantos parceiros nacionais e internacionais. Estes valores foram trabalhados em combinação com conhecimento técnico, planejamento, habilidades de comunicação, respeito pelas diferenças e o desejo de trabalhar colaborativamente, integrando perspectivas da base para o topo e do topo para a base, em um movimento constante de escuta e debate. As ideias frutíferas que surgem do Idiomas sem Fronteiras desenvolvido de forma participativa, demonstrou a força das humanidades

como uma pedra angular na educação de estudantes universitários que desejam se integrar em contextos internacionais.

Comunicação

Desde o seu início, o programa Idiomas sem Fronteiras envolveu uma estrutura complexa de iniciativas e comunicação. Devido ao escopo nacional do programa e às diversas realidades institucionais e necessidades complexas, o Núcleo Gestor precisou contar com uma infraestrutura tecnológica para permitir maior visibilidade de suas atividades e o fluxo de informações. Como resultado, a equipe de tecnologia da informação do Ministério da Educação desenvolveu um sistema de gestão on-line para todas as iniciativas do programa: inscrição para testes e cursos, oferta de cursos presenciais, gestão de salas, monitoramento de atividades e emissão de certificados para os sete idiomas envolvidos no Idiomas sem Fronteiras. Dentro do sistema, gestores em diferentes níveis podiam utilizar vinte e oito tipos de relatórios diferentes, o que ajudou significativamente o trabalho de gestores locais e nacionais no planejamento de suas iniciativas locais e na prestação de contas. Para a comunicação entre os gestores, o Núcleo Gestor e as equipes dos NuLis, foram organizadas salas no ambiente virtual do Moodle, e arquivos foram compartilhados para troca de melhores práticas. O WhatsApp foi uma das ferramentas de comunicação mais usadas pelas equipes. Organizados por idioma e perfil de gestão, os grupos no WhatsApp facilitaram soluções rápidas para os problemas que os coordenadores enfrentavam em sua rotina diária.

Mesmo antes da pandemia de COVID-19, o Idiomas sem Fronteiras já se conectava ativamente por meio de recursos on-line. Diversas iniciativas foram realizadas em diferentes locais, como coordenação e instrução virtual entre um coordenador do Idiomas sem Fronteiras e professores. Grupos-piloto foram organizados para cursos de idiomas oferecidos remotamente em modo síncrono, com o professor do Idiomas sem Fronteiras em um local e os alunos reunidos presencialmente em outro. Essas iniciativas tinham como principal objetivo resolver o problema da falta de profissionais de idiomas em algumas comunidades. Essas experiências acabaram fornecendo aprendizados importantes para a pandemia de COVID-19, que começou em 2020.

O Impacto do Programa Idiomas sem Fronteiras

Após seus seis anos de atividade (2012–2018) sob a tutela do Ministério da Educação do Brasil, o programa Idiomas sem Fronteiras teve um impacto significativo na educação superior do país, especialmente nas áreas de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, formação de professores, pesquisa em Linguística Aplicada e inclusão e valorização de profissionais das humanidades nos processos de

internacionalização. Graças ao Idiomas sem Fronteiras, no campo do ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, o acesso a cursos e testes foi ampliado, incluindo comunidades inteiras, uma vez que a oferta foi subsidiada pelo governo federal para todas as instituições públicas de ensino superior. Devido ao caráter público do edital para credenciamento no programa, dentro de um ano de credenciamento, as instituições tiveram que apresentar sua política linguística. Isso permitiu que os especialistas em línguas e linguistas aplicados dessas instituições se organizassem em comitês para discutir o que era linguisticamente pertinente para cada comunidade, considerando sua história e contexto local e regional. Ao final do processo, o Núcleo Gestor havia recebido noventa documentos de política linguística institucional gerados por diferentes equipes, uma expansão sem precedentes para o país. Essas políticas linguísticas tiveram um impacto direto no planejamento de iniciativas de internacionalização em instituições públicas de ensino superior, incentivando-as a participar de outros programas de internacionalização promovidos pelo governo federal após o Ciência sem Fronteiras. A CAPES, principal agência de fomento do Ciência sem Fronteiras, lançou um programa semelhante focado em pesquisa e pós-graduação, com um escopo menor em termos de número de atendidos. O programa, chamado CAPES-PrInt, incluiu as humanidades nas áreas atendidas. O novo programa exige alta proficiência em línguas estrangeiras dos candidatos.

Na área de formação de professores, o Idiomas sem Fronteiras implementou um programa de residência prática de ensino, no qual professores em formação podiam se especializar durante o período de graduação, permitindo-lhes vivenciar sua profissão enquanto supervisionados por docentes especialistas. Muitos professores em formação do Idiomas sem Fronteiras creditam seu sucesso profissional à experiência que tiveram ao longo do programa: oportunidades de enriquecimento técnico, abertura de horizontes profissionais e a experiência de trabalho colaborativo e discussões críticas sobre internacionalização, que até então haviam sido voltadas apenas para as áreas tecnológicas e biomédicas.

No campo da Linguística Aplicada, muitos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado foram produzidos, publicados e divulgados em congressos científicos no Brasil e no exterior a partir de pesquisas relacionadas ao programa Idiomas sem Fronteiras. Mais de 400 trabalhos acadêmicos originados ou relacionados ao programa e ao papel das línguas na internacionalização das universidades brasileiras já foram publicados. Esse impacto já foi percebido em eventos de internacionalização no Brasil, nos quais agora existem sessões específicas voltadas para línguas estrangeiras e iniciativas que envolvam profissionais de idiomas. Isso reflete claramente a força do Idiomas sem Fronteiras dentro das humanidades no setor acadêmico brasileiro. O programa também ganhou reconhecimento internacional por seus impactos nas políticas públicas, pois a presidente do Idiomas sem Fronteiras recebeu dois prêmios: o *Distinguished Hubert H. Humphrey Leadership Award* da

Embaixada dos EUA no Brasil em 2016 e o *Noble Partnership Award* da Embaixada do Canadá em 2017 pela gestão das ações realizadas nacionalmente e que tiveram impacto internacional.

Idiomas sem Fronteiras e a Rede Andifes

Após seis anos, durante os quais o Núcleo Gestor trabalhou sob a tutela de dez ministros da educação e sete secretários de ensino superior diferentes, em três administrações governamentais distintas, o programa Idiomas sem Fronteiras foi suspenso em 2018. A rede de especialistas, organizada pelo Núcleo Gestor, coordenou sua transferência para uma organização não governamental, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que trabalha com as demandas, necessidades e políticas das universidades perante o governo federal — Ministério da Educação, o Congresso Nacional Brasileiro, agências de fomento — e a sociedade em geral. A transferência das iniciativas do Idiomas sem Fronteiras para a Andifes foi uma estratégia para continuar fortalecendo os processos de internacionalização das instituições federais de ensino superior.

Desde 2019, o Idiomas sem Fronteiras tem operado por meio da Andifes e reorganizou suas iniciativas para abordar questões como a desigualdade entre idiomas e interrupções frequentes na liderança. Agora, com mais experiência e visão, a rede pode compartilhar melhor as contribuições do ensino de idiomas sem se preocupar com mudanças políticas, uma vez que a Andifes é gerida pelos reitores das próprias instituições, sem interferência direta do governo.

A nova administração na Andifes implementou algumas mudanças importantes. Uma delas é que qualquer especialista em línguas estrangeiras vinculado a uma instituição de ensino superior, seja pública ou privada, brasileira ou estrangeira, agora pode participar do Idiomas sem Fronteiras. Da mesma forma, instituições agora podem se credenciar mesmo que não ofereçam cursos de graduação em ensino de idiomas, mas, devido à natureza da associação, apenas instituições federais vinculadas à Andifes podem ser credenciadas.

A equipe não se chama mais “programa”, mas sim “rede”, oferecendo cursos nacionalmente e de forma colaborativa, com a participação de professores em formação de diferentes instituições públicas de ensino superior, que ensinam línguas estrangeiras para toda a comunidade das universidades credenciadas. Com essas mudanças, estamos colocando em prática o conceito fundamental, expresso na frase que nos acompanha desde nossas origens, “sem fronteiras”: sem fronteiras institucionais, sem fronteiras de campus, sem fronteiras de cidade, estado ou país, uma vez que a rede permite que especialistas de fora do Brasil façam parte dela. Além da educação de estudantes de graduação, a Rede Idiomas sem Fronteiras também inova ao oferecer um curso de especialização articulado, totalmente on-line e nacionalmente

credenciado para os sete idiomas. A ideia é contribuir para a educação continuada dos profissionais de línguas estrangeiras que atuam no contexto da internacionalização das instituições públicas de ensino superior e, além disso, preparar profissionais de línguas para receber estrangeiros e refugiados no Brasil, com o objetivo geral de preparar a comunidade para uma cidadania global mais tolerante, solidária e humana.

A maioria dos especialistas credenciados é servidor público comprometido com o desenvolvimento da ciência e a melhoria da educação pública gratuita e de qualidade oferecida nas instituições brasileiras. Nesse sentido, o Núcleo Gestor busca o reconhecimento institucional de suas iniciativas para atrair o envolvimento adicional de especialistas para sua rede. A Rede Idiomas sem Fronteiras também se concentra em reconhecer os profissionais das humanidades, que proporcionam acesso ao pensamento crítico tão necessário nos dias de hoje, expandindo o acesso ao conhecimento em diferentes línguas.

Assim, o Idiomas sem Fronteiras tem sido um movimento que reforça a importância da educação humanística para contribuir na construção de uma sociedade mais compreensiva e tolerante. A filósofa Martha Nussbaum nos lembra que os problemas que afetam a humanidade envolvem todos nós, e é essencial que nos unamos para cooperar de maneira intensa e horizontal, sem precedentes. Isso inclui a importância de aprender uma ou mais línguas estrangeiras, como parte de uma educação crítica que vai além dos limites da instrumentalização e contribui para uma educação mais integrada às questões globais e focada em uma leitura e interpretação abrangente do mundo.

A Rede Idiomas sem Fronteiras da Andifes, portanto, desempenha um papel importante no desenvolvimento de um ambiente educacional multilíngue. Uma de suas principais contribuições tem sido ajudar no papel crucial da internacionalização das instituições públicas de ensino superior do Brasil, o que ilustra o papel que as humanidades desempenham na formação holística dos acadêmicos em suas múltiplas realidades.

Denise Abreu-e-Lima é ex-presidente do programa Idiomas sem Fronteiras e atual coordenadora nacional da Rede Idiomas sem Fronteiras da Andifes. Ela é professora na Universidade Federal de São Carlos, no Brasil.

Waldenor B. Moraes Filho é ex-vice-presidente de línguas e tecnologia do programa Idiomas sem Fronteiras e atual coordenador nacional de línguas e tecnologia da Rede Idiomas sem Fronteiras da Andifes. Ele é professor de linguística na Universidade Federal de Uberlândia, no Brasil